
002ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 19MAI2016

(Texto com revisão.)

O SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Boa noite. Passamos à leitura do edital. (Lê.): “Edital – Audiência Pública com o objetivo de debater acerca dos eventos climáticos ocorridos em Porto Alegre no dia 29 de janeiro de 2016. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública a ocorrer no dia 19 de maio de 2016, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 18 de abril de 2016. Vereador Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública o Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Leonardo Melgarejo, Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; o Sr. Alfredo Ferreira, ex-Presidente da Agapan e atual Tesoureiro da entidade; o Sr. Beto Moesch, conselheiro da Agapan e ex-Vereador deste Legislativo; o Sr. Léo Bulling, Secretário Municipal do Meio Ambiente, neste ato, representando o Sr. José Fortunati, Prefeito Municipal; o Sr. Douglas Gonçalves, Secretário Municipal Adjunto da Defesa Civil; o Sr. Hélio Oliveira, Secretário Municipal Adjunto da Defesa Civil; e a Dra. Ana Cristina Miola, representando a OAB/RS. Prestigiam este evento o Sr. Maurício Reis Nothen, representante do DMAE e assessor do Diretor-Geral; o Sr. Luis Augusto Weber Salvi, representante do Fórum Ambiental de Porto Alegre.

O Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Anuncio que estão abertas as inscrições para dez manifestações dos participantes para, logo após a fala dos representantes da Agapan, poderem também se

manifestar. Ao final, teremos a manifestação das autoridades da Mesa. Convido, de imediato, o Sr. Leonardo Melgarejo para usar a tribuna, para as suas considerações iniciais.

O SR. LEONARDO MERGAREJO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta solicitação de audiência pública vem em continuidade a uma oportunidade que já tivemos de manifestar aqui na Câmara de Vereadores a preocupação da Agapan com relação ao despreparo da cidade de Porto Alegre para enfrentar as alterações climáticas em andamento. O tema das árvores é um dos temas que nos preocupa, historicamente. E sobre a tragédia que se abateu sobre Porto Alegre, nós entendemos que diz respeito, evidentemente, a um evento climático inesperado e bastante agudo, mas diz respeito também à forma como o manejo das árvores em Porto Alegre vem sendo desenvolvido historicamente. Nós percebemos que, nessa ocasião, a comunidade se manifestou de tal maneira que isso traduz uma oportunidade muito grande de construirmos coletivamente a retomada da arborização desta Cidade. Nós acreditamos que é possível estabelecer um processo de planejamento participativo envolvendo a comunidade e a evidência da constituição do Fórum Ambiental de Porto Alegre, desses ativistas que vêm trabalhando nesse sentido, algo que deve ser estimulado. Nós entendemos também que, para constituir esse plano, é necessário que tenhamos algumas informações que hoje não são disponíveis. Nós gostaríamos de conhecer o valor orçamentário destinado ao meio ambiente em Porto Alegre e os itens de sua aplicação. Nós gostaríamos de conhecer e acreditamos que isso deveria ser uma atribuição do DMAE, do DEP e da própria SMAM, o mapa de relevo, o estudo dos solos e o posicionamento dos lençóis freáticos em Porto Alegre, porque nós percebemos que boa parte das árvores que tombaram, foi em função de inadequação entre o sistema radicular e o lençol freático. Da mesma forma, o sistema de podas e a capacidade de trabalho da SMAM nos parece que vem ocasionando uma supercarga de trabalho na época preferencial de poda, que seria o inverno, o que leva serviços inadequados biologicamente no verão. Nós entendemos também que é necessário conhecermos a arborização de Porto Alegre. Se faz necessário um inventário do que existe e um inventário do que precisaria existir, um mapeamento das áreas não arborizadas. Nós entendemos também que é fundamental que se tenha um orçamento que estime a

necessidade de estabelecimento de um sistema subterrâneo de fiação e que esse orçamento tenha uma noção de hierarquização, no sentido de que áreas seriam as prioritárias, de tal maneira que nós pudéssemos estabelecer uma racionalização em termos de necessidade de enfrentamento desses custos. Como o nosso tempo é relativamente curto, não vamos detalhar os argumentos que sustentam a nossa afirmativa de que a forma de tratamento e a forma de manejo estão biologicamente inadequadas. Entendemos que há uma sobrecarga da SMAM e que nesse sentido deve haver um reforço dessa Secretaria. Parece-nos que ela deve ser considerada uma das Secretarias prioritárias da Prefeitura Municipal em função das alterações climáticas, em função das implicações que isso traz no momento. Percebam que na Prefeitura de São Paulo nós tivemos uma situação que nem de longe se aproxima da nossa, onde caíram 150 árvores. Isso foi tratado como um escândalo nacional. Nós tivemos aqui um dano de ~aproximadamente 3.500 árvores, essa preocupação nos parece que não vem tendo a atenção que deveria receber. Nós dividimos a fala da Agapan em três partes, eu gostaria de chamar, então, o ex-Presidente, atual Tesoureiro, Alfredo Ferreira, que vai evidenciar um dos motivos da nossa preocupação. Logo a seguir, o Conselheiro Beto Moesch. (Palmas.)

O SR. ALFREDO FERREIRA: Boa noite a todos, prezado Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo; Sr. Leonardo Melgarejo, Presidente da Agapan; e demais autoridades presentes na Mesa ou representadas; senhores e senhoras, a minha fala não é só como ex-Presidente da Agapan, atual Tesoureiro, fazendo, então, parte da diretoria, mas eu, na vida profissional, hoje, sou professor aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na minha vida profissional, a minha especialidade é fisiologia de plantas e por largo tempo trabalhei com árvores. Então é deste ponto de vista que algumas coisas apontarei, ainda que brevemente, para mostrar que estão ocorrendo certas situações que poderiam ser evitadas ou que poderiam ser minimizadas. Ainda mais se pensarmos que, devido ao aquecimento global do mundo, fenômenos semelhantes aos que aconteceram 29 de janeiro serão mais comuns, principalmente nas zonas habitadas das cidades onde a construção de prédios acumula muita energia solar. Formam corredores de vento, então agudizam os problemas de tempestade, de ventanias súbitas por corredores, canalizando dentro da própria Cidade o fenômeno. Mas não é a isso, prioritariamente, nesse momento

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

que eu quero me prender. Ao que quero me prender é que, historicamente, a Agapan sempre defendeu as árvores, seja pela poda, seja pelo plantio. Há dois anos, num aniversário da Agapan, em abril de 2014, solicitamos à SMAM o plantio de árvores e, para isso, escolheu-se o Parque da Redenção. Convidamos o Secretário, e ele atendeu gentilmente, não só atendeu como colocou a equipe da SMAM no Parque Farroupilha à disposição para o plantio de uma árvore, o que, em si, já é emblemático. Eu não sei se talvez na Mesa não posso enxergar, mas os que estão na plateia, a pessoa de camisa xadrez, é o ex-Secretário Cláudio Dilda. Aí está sendo feito o plantio de um Ipê naquela avenida principal, ao lado do espelho da água, e o próprio Secretário ajudando no plantio, porque era simbólico para a Agapan e para o nosso homenageado, como veremos logo em seguida. Foi inclusive sugestão do próprio Secretário que homenageássemos essa pessoa, um ex-sócio da Agapan. E aí o Secretário Executivo ajudando no plantio. E aqui tem, eu sei que é um texto, é difícil de ler, mas vou destacar o ofício feito pela Agapan que colocava a questão da importância e do emblemático que era o plantio de árvores, o que pelo aceite do Secretário e a participação na solenidade, que então era aniversário da Agapan, então dia 27/04, aniversário da entidade, na época, 43 anos. E aqui, agora, na fotografia feita ontem, vocês podem ver, naquela sacola branca, está o local onde estava plantado aquele Ipê. A planta que estava se plantou ali era um Ipê, árvore símbolo do Rio Grande do Sul. Então você pode ver que até o vestígio foi difícil de encontrar, e o próprio Secretário havia sugerido que se homenageasse quem tinha falecido, naquela época era recente, o Augusto Carneiro, um ambientalista muito aguerrido que, na luta ambiental mesmo, muitas autoridades, muitos o conheceram. Nós não chegamos a instalar essa pedra porque gostaríamos de ter a pega da muda, era uma muda nova e depois iríamos instalá-la. Nos parques em geral de Porto Alegre um dos muitos problemas é que o pessoal rouba quando se colocam placas no monumento, isso quando não leva o próprio monumento. É uma questão ainda pouco resolvida, algumas situações tentaram ser encaminhadas, mas ainda não completamente resolvidas. Aqui só mostrando um outro ângulo a mesma coisa. Então, hoje, a Agapan, de 45 anos de luta, vê que aquilo que a própria Prefeitura entendia como uma homenagem a uma pessoa, e a própria instituição, tanto que o Secretário se fez presente, foi mandado – e essa é a informação que temos – pela atual gestão retirar. Isso nos estranhou, sem nenhuma comunicação à Agapan, de substituição, de escolher um outro local, se achava aquele inadequado, ela estava

alinhada com as árvores. Um dos argumentos que soubemos é que não estava alinhada com as árvores. Estava perfeitamente alinhada. O lugar que foi então escolhido, que não foi pela Agapan, foi a própria administração do Parque, já não serve mais, ou não sei o que é. Vai na mesma linha do que aconteceu com a Agapan, há uns cinco ou seis anos, que teve sua sede destruída ali na Aureliano, uma sede modesta, de acordo com as posses da associação e que, ao cabo das investigações, chegou-se à conclusão de que houve um equívoco de comunicação entre diferentes secretarias da Prefeitura, uma autorizando num terreno que estava cedido para alguém, no caso das Agapan, e não constava na outra Secretaria que concedeu para um outro empreendimento, que tinha lá uma outra construção e resolveu pôr abaixo. A Prefeitura prometeu e até hoje não cumpriu, um novo local, um novo assentamento da Agapan. Nós estamos ainda aguardando isso. O que eu queria colocar... como as autoridades, como temos tido experiência... A nossa luta, eventualmente, poderá ter alguma ação política pela Administração, pela própria Prefeitura ou pelos seus Secretários, mas não tem caráter político-partidário. Até porque a instituição não se rege por nenhum partido. São aceitas pessoas voluntárias de qualquer partido, desde que queiram lutar pela causa ambiental. E é por esta causa ambiental que nós estamos plantando árvores; por esta causa ambiental que nós queremos ter uma casa. Agradeço a oportunidade e pediria que o Beto, então, desse o seguimento aí. Obrigado.

O SR. BETO MOESCH: Boa noite, Ver. Cassio Trogildo, Secretário Léo Antônio Bulling, demais pessoas aqui presentes, é uma satisfação retornar a esta Casa, para tratar de um dos temas mais simbólicos e importantes para Porto Alegre, que é a arborização. Porto Alegre se caracteriza e é conhecida, no Brasil e no Mundo, como uma cidade arborizada. Isso é uma característica dela. Isso vem de uma história de uma sociedade que sempre buscou arborizar as suas ruas, os seus quintais, independentemente do Poder Público. E até mesmo, no século XIX, uma concepção de planejamento com praças e áreas verdes. Então, isso é característico de Porto Alegre. E Porto Alegre, historicamente, despontou com relação a praças, parques e à arborização. Tanto que – eu trouxe aqui alguns exemplos – a Lei Orgânica do Município detalha isso, ela não fala do termo arborização de forma genérica. Ela detalha... por exemplo, no art. 242, diz: “O Município desenvolverá programas de manutenção e expansão da arborização.” Isso está na Lei Orgânica,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

independentemente do Governo que assumir a Prefeitura, gostando ou não de árvores, tem que manter e expandir, porque está na Lei Orgânica do Município. E a Câmara de Vereadores deve zelar e fazer cumprir esse dispositivo da Lei Orgânica, e vai além, detalhando, dizendo que, para isso, terá as seguintes metas: implantar e manter hortos florestais destinados à recomposição da flora nativa e à produção de espécies diversas, destinadas à arborização de logradouros públicos. Então, ela prioriza a arborização no logradouro público. Lei Orgânica: “Promover ampla arborização dos logradouros públicos da área urbana.” Bom, isso deveria também constar sempre nos planos plurianuais, ou seja, metas para cumprir dispositivo da Lei Orgânica. E aí, eu cheguei aqui, houve uma audiência pública com relação à Lei do Plantio Compensatório de Porto Alegre. Ela traz algumas novidades interessantes, por exemplo, algo positivo: independentemente do terreno ter arborização, a compensação é por metro quadrado. Isso é positivo, porque há compensação, independentemente da arborização. Isso é muito positivo. Mas há uma redução drástica do número de mudas, com relação às árvores existentes no terreno. Nós tínhamos um decreto, de 2006, que estabelecia 15 mudas de árvores por árvores nativas acima de dez metros. Isso ficou muito drástico. E mais, na prática, com a lei da compensação ambiental, há apenas o plantio dentro do terreno do empreendimento. Não há mais o plantio fora do terreno, nem mesmo na calçada do empreendimento, porque tudo vai para as unidades de conservação, que não é ruim, é positivo. É positiva a compensação ir para as unidades de conservação. Mas o percentual disso, do corte de árvores deveria ir também para plantio compensatório. No mínimo, ao menos, na calçada do próprio empreendimento. Porque não havendo plantio compensatório, e não havendo estrutura da SMAM para fazer o plantio, o que está ocorrendo em Porto Alegre? Não há mais plantio de mudas de árvores na cidade de Porto Alegre, o que é uma afronta à Lei Orgânica do Município. Isso, Ver. Cassio, nós temos que, em bom tom, rever. Nós temos que plantar cada vez mais mudas de árvores. O Plano Diretor de Arborização Urbana, que foi recepcionado pela lei de compensação ambiental, que também é muito positivo, porque o Plano Diretor de Arborização Urbana é uma Resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente. A lei recepciona – isso é muito importante. O Plano Diretor de arborização urbana prevê que todas as avenidas a serem projetadas e executadas deverão prever arborização nos seus canteiros centrais. Mas isso também não está sendo feito; não se plantou árvore na Av. Padre Cacique, não se plantou árvore na Av. Edvaldo

Pereira Paiva, aqui. Porque isso já poderia se colocar na própria licitação como uma diretriz da obra. Tem que prever arborização. O acompanhamento das mudas, a mesma coisa: eram 18 meses, passa a ser 12 meses. Por que essa redução? Que foi, inclusive, uma inovação? Uma inovação que foi dotada no sentido de haver acompanhamento das mudas; não havia, mas porque mudar de 18 para 12? As placas informativas, quando há um empreendimento que tem que retirar árvores, as placas tinham que dizer quantas espécies seriam retiradas e quais seriam as compensações. Isso foi retirado da lei, fica a placa apenas com os números dos processos. Uma pena, porque Porto Alegre inovou ao colocar em prática o princípio da informação com relação às placas informativas, mas o que se mantêm na lei são apenas os números dos licenciamentos. Então, isso teria de ser, com certeza, revisto para que nós possamos não só, como diz a Lei Orgânica, manter a arborização existente, mas também ampliar a arborização existente. Isso tem que ser dividido com os empreendimentos, com os empreendedores. O princípio do poluidor pagador! Não é só dar o dinheiro para a compensação; o princípio do poluidor pagador diz que se deve fazer as medidas mitigadoras e compensatórias em virtude do impacto que está sendo causado. Se está havendo retirada de arborização, o próprio empreendedor tem que fazer o processo de plantio. Como? Com anotação de responsabilidade técnica – como era feito – e comunicando – com fotos, com monitoramento – à SMAM os plantios que devem ser feitos. Com isso nós conseguimos, na prática, respeitar o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

E, para finalizar, para não me alongar demais, eu vou deixar, para V. Exa., Ver. Cassio, algumas considerações que a gente fez, com relação a isso que estamos falando aqui, porque acho que a gente poderia fazer algumas revisões na lei da compensação ambiental, seria fundamental. Porque, sem isso, nós não vamos, na prática, manter e ampliar a arborização de Porto Alegre. O que nós temos, de uma vez por todas, reverter nesta Cidade, porque só piora, são as podas da CEEE. O que a CEEE faz é um crime; é um desrespeito à lei! E que a SMAM deveria fiscalizar e o Ministério Público também, porque o Ministério Público até agora não entrou com uma ação civil pública contra a CEEE! Aí as árvores caem; é culpa da Prefeitura. A maior parte é por culpa de CEEE que faz podas drásticas, com isso há o necrosamento interno, e elas caem. Não há, porque já constatamos isso diversas vezes, não há um convênio entre a SMAM e a CEEE que exija um responsável técnico acompanhando as podas da CEEE. Não há responsável técnico.

Pessoas totalmente incapazes, sem conhecimento de poda, fazendo as podas. Tanto que a gente vê – até leigos podem ver – a total falta de técnica nas podas da CEEE, inclusive, onde há fiação ecológica. Esta Casa aprovou a fiação elétrica ecológica que faz com que se necessite muito menos de podas e, mesmo assim, as podas, na fiação ecológica, são extremamente radicais. Isso tem que parar. Não é possível uma empresa que oferece serviço e cobra por ele, se beneficiando da Cidade, fazer um trabalho totalmente precário e totalmente desrespeitoso com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município, com princípios básicos, elementares de respeito aos recursos naturais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Beto Moesch, que além de ter sido Vereador nesta Casa, também foi Secretário do Meio Ambiente.

Vamos passar, então, para os pronunciamentos das inscrições. Regimentalmente nós temos um tempo de cinco minutos, então, eu avisarei quando faltar um minuto. O primeiro inscrito é o Sr. Sílvio Jardim, da Agapan.

O SR. SÍLVIO JARDIM: Muito boa noite, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de quem eu cumprimento os integrantes da Mesa. E, na esteira do que foi falado aqui pelos antecessores especialmente pelo Beto Moesch, o que nós queremos trazer aqui não é um registro, mas é basicamente um apelo, um pedido por medidas urgentes que devem ser tomadas nesta Cidade em relação a essa questão específica da proteção às nossas árvores. Essa exclusão da menção da identificação do número de árvores suprimidas tem um porquê: dados compilados pela Agapan demonstram que, entre 2005 e 2014, apenas aquelas em que houve autorização para supressão foram 34.368 árvores – aquilo que temos contabilizado como formalmente autorizado. Se formos pegar a média anual dessas supressões, até 2015, nós tínhamos cerca de 40 mil árvores que foram extintas do ambiente urbano de Porto Alegre, somadas a essas outras 3,5 mil e somadas a todas aquelas que estão sendo extintas no ambiente urbano de Porto Alegre. O apelo que fazemos é que o Poder Público enfrente algumas questões em Porto Alegre notadamente no que se refere ao ímpeto da capacidade da construção civil, por exemplo, de se expandir num espaço territorialmente limitado, como é uma cidade. Quais fronteiras desses espaços estão sendo transpassadas, aonde elas estão chegando e até aonde vão chegar? Nós temos um compromisso, aqui, tanto o Poder Público como os cidadãos, de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

pensarmos num ambiente ecologicamente equilibrado para gerações futuras, isso está no art. 225 da Constituição Federal. Nós não pensamos somente naquilo que estamos vendo ou vivendo hoje, nesta Cidade, pensamos principalmente naquilo que vamos deixar para gerações futuras, onde foram tiradas 40 mil árvores de um ambiente cada vez mais conflagrado pela construção civil e pelo incremento veicular. Citamos um exemplo bastante preocupante: no Cais Mauá, no processo em andamento, vão ser extintas 330 árvores para construir um *shopping center*, num conceito esdrúxulo de vegetação exótica, enfim, que hoje parece que autoriza suprimir tudo que é tipo de árvore. Isso é um problema. Porto Alegre já se orgulhou de ser a capital mais arborizada do Brasil, havia 500 mil árvores, diziam, há 10, 12 anos. Nós temos hoje que pensar num freio! Temos que pensar naquilo que vamos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos, para as gerações futuras desta Cidade. Não vou aqui ditar conceitos a respeito do que é a importância da arborização, da questão ecológica, enfim, aqui todo mundo sabe disso, não precisamos ir muito longe a respeito dessas questões que envolvem as compensações, o aquecimento global, e como o incremento veicular e a supressão de árvores têm a ver com essa questão da supressão da vegetação em Porto Alegre. Não é só uma questão de proteção ambiental, mas é proteção física também. Aquelas árvores do Parque Marinha do Brasil, por exemplo, precisam urgentemente ser recompostas, se não fosse aquele círculo de proteção, aquela muralha de árvores no rio, não sei o que seria do bairro Menino Deus, porque aquilo foi derrubado em função de amparar toda aquela tempestade que houve agora em janeiro. Se não fossem as árvores nas ruas para diminuir a velocidade dos ventos, também não sei o que aconteceria ali. É uma gama de fatores.

Na verdade, Ver. Cassio e demais autoridades, o Poder Público Municipal precisa, a partir de agora, sem mais delongas, ter a coragem de enfrentar o problema; e esse enfrentamento se dá por aquilo que meus antecessores falaram muito bem: um aparelhamento e um orçamento adequado para a SMAM, uma fiscalização adequada, uma fiscalização daquilo que a CEEE faz nas suas podas, e especialmente bater de frente com os empreendimentos que são verdadeiramente os maiores agentes hoje daquilo que está se vendo em Porto Alegre e que, infelizmente, o Poder Público não está colocando limites. Esse é o pedido. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Silvio. O Sr. Paulo Guarnieri, da Associação Comunitária do Centro Histórico, está com a palavra.

O SR. PAULO GUARNIERI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero fazer uma saudação especial ao companheiro Beto Moesch, ex-Vereador desta Casa, engajado nas lutas ambientais, quero dizer que tenho absoluta convicção de que o meio ambiente sente muita saudade da sua voz nesta Casa, o que sempre foi muito importante. Não vou me demorar, quero trazer, do ponto de vista dos moradores do Centro, alguns comentários. Uma coisa que muita gente comenta no Centro Histórico é a necessidade de nós abandonarmos essa estrutura de alimentação de energia elétrica e condução da comunicação por posteamento. Temos absoluta convicção de que isso não é bom para a Cidade. Os temporais de janeiro nos demonstraram com muita clareza isso. Então, se propõe substituir os postes por árvores, literalmente isso, que se planeje, na Cidade, a alimentação de energia elétrica e a viabilidade da comunicação pelo subsolo, também substituindo o posteamento por arborização. A Cidade certamente ganhará muito. Não queremos nada disso de imediato, mas um compromisso do Poder Público com a Cidade, um programa, um cronograma que pode ser de longo prazo, do Centro para a periferia, para gerar uma nova realidade para a Cidade.

Outra questão muito colocada pelos moradores, uma necessidade que se sente é o plantio de árvores frutíferas nos parques e praças, num lugar de acesso público, em tempos em que os problemas sociais afloram, e a fome grassa. Seria uma medida importante e humanizadora dos nossos espaços públicos.

Outra questão é a fiscalização das árvores, uma vistoria sistemática das árvores, que desse conta de inúmeras agressões que moradores cometem a espécies vegetais. É muito comum, aqui no Centro Histórico, caminhar pelas ruas e ver que o morador, na frente da sua casa, colocou cimento no entorno da árvore até o tronco, numa tentativa, parece, de sufocar aquela espécie para que, aos poucos, ela esmoreça. Precisamos de uma fiscalização que não permita essa agressão às árvores.

Mas existe também o contraponto. Nós também precisamos que o Poder Público vistorie permanentemente, para que não se proliferem espécies incômodas, não adequadas aos espaços onde estão colocadas. Nós damos exemplos de várias espécies que, com suas raízes, detonam todas as calçadas.

Outra questão são as árvores que caem pelos parques e pelas praças. Eu mesmo estava na Redenção e na Praça da Matriz e presenciei dois espécimes vegetais estalando e caindo, simplesmente, sem uma ação preventiva do Poder Público para detectar problemas de saúde desses vegetais.

Podas. Eu vou dar um exemplo bem prático. Na Rua Duque de Caxias, entre o viaduto e a Catedral, vou pegar um espaço bem pequeno. É só passar por aquele espaço que a gente percebe os galhos das árvores penetrando nas janelas, entrando nas sacadas dos moradores e algumas raízes levantando todo o calçamento das calçadas. Então, tem que haver uma ação da Prefeitura, para controlar o crescimento de espécimes que não são adequadas para os locais onde estão sendo colocados. Foi plantada, inclusive, uma paineira no canteiro central da Borges. Quando ela crescer, vai dar muito problema para todo mundo.

Quanto à questão das contrapartidas, na Rua General Auto – um singelo exemplo –, foi autorizada a construção de um edifício, com quatro pisos de garagem, em frente à entrada do Paula Soares. No fundo daqueles casarões, existe uma cobertura vegetal extensa, superada apenas por poucas praças do Centro Histórico. Poucas praças do Centro Histórico – repito – têm a cobertura vegetal que tem atrás daquelas casas onde foi autorizada a construção do edifício. Onde será a contrapartida? É uma dúvida. Nós precisamos da contrapartida aqui no Centro. Dessas mais de três mil árvores que caíram, chamo atenção, grande número delas, senão a maioria, estava da região central. Nós precisamos de muita árvore no Centro Histórico e na região central. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Paulo Guarnieri. O Sr. Luis Weber, do Fórum Ambiental de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. LUIS AUGUSTO WEBER SALVI: Srs. Vereadores e demais autoridades constituídas, Presidente da Casa, amigos e militantes do verde; tempos excepcionais pedem ações também excepcionais. Eis que nós vivemos tempos excepcionais, e pensar de forma antiga pode ser extremamente arriscado; ousar é preciso. Começamos a viver o momento em que é muito mais seguro errar pelo excesso do que pela falta, é melhor errar pela ação do que pela omissão.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

Nós, do Fórum Ambiental de Porto Alegre, somos um movimento da sociedade civil preocupado com a resiliência verde, que despertou na Cidade após a tempestade de janeiro deste ano, tendo em vista, também, a resposta dada pelo oficialismo à crise ambiental ali ocasionada. Resiliência não significa prontidão apenas para resolver as coisas a qualquer custo. A verdadeira resiliência apenas será alcançada, quando formos capazes de salvar a perna do paciente sem lhe quebrar o pescoço ou vice-versa. Quer dizer, ainda estamos muito desajeitados no trato dos desastres, e, para piorar, pode haver interesses a favor desse tipo de conduta pouco responsiva. As plantas possuem muitos recursos de resiliência, de adaptação ou de sobrevivência poderosos, que nós precisamos conhecer e respeitar para o nosso próprio bem. Porém as árvores ainda devem lutar contra as atitudes humanas, que também devem mudar diante das mudanças climáticas. Nesse sentido, a educação ambiental deve se tornar uma das prioridades. Para muita gente, as árvores ainda são presenças incômodas, porque fazem sujeira, entre aspas, e, às vezes, ainda esculhambam as nossas calçadas. Contudo, as árvores são uma parte vital das nossas vidas de muitas formas até sutis, para a qualidade de vida das pessoas, trazendo mais paz, alegria, tranquilidade e lembrando do valor das coisas simples.

Nosso grupo do Fórum Ambiental de Porto Alegre tem trabalhado em várias frentes: na recuperação, na preservação e no replantio das árvores, buscando uma parceria séria e construtiva com os órgãos oficiais, levando uma nova forma de olhar o meio ambiente. Eu teria muito mais a dizer sobre o nosso verde, porque, meus irmãos, as árvores não são apenas sombra e oxigênio para melhorar a vida dos pobres cidadãos; as árvores também são vida, esperança e liberdade. Na verdade, para desenvolver mais este tema, acho melhor esperar o congresso popular da cidade, que estará sendo anunciado, espero, no dia de hoje.

Encerro a minha fala convidando toda a população para o começo dos replantios das árvores da Cidade no domingo, dia 22, na Praça Estado de Israel, bairro Menino Deus, com a parceria da Prefeitura, a partir das 9h da manhã, com atividades culturais paralelas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Luis. A Sra. Ana Cristina Miola, representante da OAB/RS, está com a palavra.

A SRA. ANA CRISTINA MIOLA: Boa noite, senhoras e senhores, prezados representantes das associações aqui constituídas e representantes da Mesa, nas pessoas do Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; e do Presidente da Agapan, Leonardo Melgarejo; estou aqui representando a OAB/RS em nome da Comissão de Direito Ambiental e vou fazer uma breve pontuação sobre a nossa atuação dentro do Legislativo de Porto Alegre. Nós somos uma organização da sociedade civil que se preocupa em fiscalizar a aplicação e a elaboração das leis em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

Especificamente sobre os desastres ocorridos em Porto Alegre, na data de janeiro, eu registro apenas a nossa provocação para a Prefeitura e para esta Casa como uma maneira de chamar atenção. É um momento para a Prefeitura se modernizar no sentido de analisar a sua legislação, se está preparada ou não para enfrentar eventos climáticos que vão acontecer cada vez mais frequentemente. As árvores vão continuar caindo, e, se nós não replantarmos, não haverá mais nenhuma. Como falou o Beto, Porto Alegre é conhecida como uma cidade verde, e todos nós queremos mantê-la assim. É um momento para a Cidade pensar, para a Prefeitura pensar nos seus processos, para esta Casa preparar a legislação porto-alegrense para o momento de resiliência.

Eu fecho a minha fala com esta provocação apenas: é dever desta Casa preparar o gestor público com os instrumentos necessários para enfrentar situações e eventos extremos. A OAB fica à disposição da sociedade civil e está aqui para colher informações e se colocar à disposição para o que for necessário. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Dra. Ana Cristina Miola. O Sr. Hélio Oliveira, Secretário Municipal Adjunto da Defesa Civil, está com a palavra.

O SR. HÉLIO OLIVEIRA: Boa noite, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa noite, demais componentes da Mesa, Secretários; boa noite, público em geral. Em primeiro lugar, gostaria muito de parabenizar a iniciativa da Agapan – que vem lá do Lutzenberger, que vem lá do Carneiro – em fazer essa solicitação. Eu acho que é excelente a iniciativa. Gostaria de fazer só uma divisória muito grande entre dois assuntos. Acho que todas as ponderações que foram feitas, tanto pela Agapan quanto pelo próprio Beto Moesch, que

tem um domínio completo da matéria em termos de meio ambiente, até porque já estive na Prefeitura e conhece bem os nossos sistemas, todas essas reivindicações são minhas também. O que as pessoas pedem para a Cidade também é a minha vontade, mesmo estando hoje na Prefeitura.

Em 29 de janeiro, nós tivemos um acidente. Por que eu quero dividir isso? Porque 60 dias depois daquele acidente, nós conseguimos dar fim a ele, com exceção das perdas de árvores que vão ser repostas. Há um plano, dentro da SMAM, de reposição, de reconstituição. Entre as nossas reivindicações de melhoria, está a fiação subterrânea, que é um trabalho conjunto desta Câmara Municipal que já tem sido falado em outras oportunidades. O Cassio já chamou outros grupos de trabalho para discutirem esse assunto. É um assunto que eu acho que toda a Cidade quer, o que nós não temos ainda são condições financeiras e capacidade de arcar com esse custo. Acredito que seja nessa situação que tenha tropeçado, e o Presidente da Câmara pode nos dizer isso melhor, porque ele conduziu um trabalho sobre isso. Em 29 de janeiro, nós tivemos um acidente que não afetou só o ente público. Nós vimos prédios próximos daqui feitos por empresas de grande capacidade financeira... Como Defesa Civil, imediatamente, naquele momento, nós estávamos na rua e nós vimos placas de vidro voando como se fossem folhas de papel na ali na Av. Borges de Medeiros, ali na Edvaldo. Nós vimos postes da CEEE – e aí a nossa reivindicação para o futuro é muito verdadeira e muito válida – que haviam sido colocados há menos de 90 dias serem arrancados como se fossem graminha nova, recém-plantada, sem estar ainda enraizada, ali na esquina da Borges de Medeiros com a Ipiranga. Acho que temos que separar esse fato. Acho que as reivindicações são válidas, temos que trabalhar para isso. Estivemos num outro trabalho do sábado, de planejamento de futuro, em que o Beto estava junto comigo. Vamos pensar realmente numa SMAM mais fortalecida dentro dos próximos projetos de Governo, na continuação desse e nos próximos projetos.

Gostaria de fazer um parâmetro: árvores no Parque Marinha do Brasil, que protegeram as nossas vidas, porque, se não fosse aquela barreira de árvores, talvez tivéssemos perdas pessoais. Deixamos algumas árvores caídas de propósito, até para servir de memorial: árvores com saúde, da melhor qualidade, árvores inteiramente saudáveis foram arrancadas inteiras; o solo saudável, o local saudável, a vegetação saudável, e foram arrancadas. Foi um acidente muito grave, que a Cidade não tinha sentido ainda.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

A única coisa que eu gostaria de separar bem disso, Presidente, é o fato de que nós fomos chamados para uma audiência pública sobre o dia 29 de janeiro, e acho que ela é muito maior do que isso. Acho que nós devemos separar. No dia 29 de janeiro, nós tivemos um acidente que não foi nem determinado ainda, até por falta de condições técnicas para dizer se foi um tornado ou que tipo de tempestade. Como eu saí à rua imediatamente e vi o que acontecia, eu acho que temos que separar isso, vamos continuar reivindicando. Eu também sou tão ambientalista quanto vocês. Conheço a Agapan há muitos anos, e as pessoas que passaram por ela. Acho que a gente está indo por um caminho bom. Acho que as coisas não são tão mal-cuidadas como, às vezes, é falado. Acho que a Prefeitura tem um cuidado. Agora, passamos também por dificuldades financeiras como todos os países do mundo vêm passando. Na Europa, nos Estados Unidos, todos estão passando por dificuldades financeiras, e não é diferente na Prefeitura de Porto Alegre. Mas eu acho que estamos fazendo um trabalho, tem uma previsão.

Quando se fala em resiliência – a nossa companheira da OAB falou muito bem –, estamos fazendo um trabalho de preparação de resiliência, para chegarmos em 2022 e sermos, talvez, a cidade do Brasil com a maior capacidade de resiliência; talvez da América do Sul, se não for da América Latina. Nós fomos beneficiados por um projeto da Fundação Rockefeller, que está sendo desenvolvido. Vocês não veem notícias todos os dias, porque, infelizmente, essas coisas não dão notícia, a mídia não anda atrás de nós, mas tem uma equipe muito grande trabalhando em resiliência. Estamos trabalhando nas 17 unidades, nos 17 CARs, desenvolvendo um trabalho constante de como se reconstruir a Cidade rapidamente, como voltar rapidamente ao *status* anterior. Nós temos um compromisso com o Prefeito, com a própria Fundação num projeto grande. Em 2022, teremos toda a comunidade... Porque a Prefeitura não somos só nós, os servidores, ou os de carreira, ou os servidores que estão momentaneamente; todos nós somos essa sociedade civil. Então, em 2022 teremos essa capacidade. Estamos fazendo um trabalho muito bom, que eu considero muito bem feito. Inclusive, há uma auditoria em cima desse trabalho, para que, em 2022, tenhamos essa capacidade de resiliência em humana, ambiental e material na sociedade civil e na sociedade em âmbito público também.

Eu só gostaria, em resumo, de separar um pouquinho isso e parabenizar todos os presentes pelas suas falas. Eu também sou porto-alegrense como vocês e tenho as

mesmas ansiedades. Acho que estamos no caminho certo, com grandes dificuldades financeiras, mas estamos trabalhando.

Só tem uma fala, que eu acho que o meu colega de SMAM vai falar... Falaram que, em São Paulo, caíram 150 árvores num temporal e houve uma comoção mundial; nós perdemos quase mil num desastre. Quem estava na rua naquele momento, e eu, pela minha função dentro da Prefeitura, sou obrigado a sair de casa imediatamente nesses casos – eu morei em São Paulo, posso dizer que eu conheço os temporais de lá –, aquilo foi um desastre, era muito grande e muito diferente. Só queria contrapor um pouquinho a fala do colega.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Hélio. Temos uma inscrição remanescente e, ao final da fala do Sr. Albano Gaddo, a quem já convido para o Fórum Ambiental de Porto Alegre, nós daremos por encerradas as inscrições.

O SR. ALBANO GADDO: Boa noite, Sr. Presidente, Cassio Trogildo, representantes da Mesa, colegas do Fórum Ambiental de Porto Alegre. Na verdade, algumas coisas têm que ser ditas e talvez cobradas, com relação a essa questão da tragédia em Porto Alegre. Todo esse nosso fórum, todas essas ideias, surgiram a partir do dia 29, devido à catástrofe de que todos ficaram sabendo. E em diversas conversas com a SMAM, com a Prefeitura, a Governança e entre nós, chegamos à conclusão de que Porto Alegre hoje está despreparada para catástrofes. Precisou acontecer uma catástrofe ambiental para que fosse tomada alguma decisão e para que fosse feito algo com relação à questão ambiental. E nós e muitas pessoas que não puderem estar aqui queremos ser vistos pela Prefeitura e pela SMAM como parceiros. E muitas vezes a gente acaba se perguntando: Será que estamos atrapalhando? Porque a gente tenta muitas coisas que acabam sendo difíceis para nós.

Então fica o pedido aqui para que a gente continue esse trabalho que está acontecendo. O apoio da Prefeitura e da SMAM ao nosso projeto de replantio; a gente viu, inclusive, manifestações dos próprios funcionários da SMAM dizendo que foram cortados não sei quantos funcionários da SMAM, que eles não tinham condições de fazer o projeto, ou de nos auxiliar ou de criar novas questões relativas ao meio ambiente. Mas o que a gente quer dizer é que mão de obra não vai ser desculpa para a gente conseguir organizar esse

replântio de Porto Alegre, porque a gente tem muita gente para isso. Inclusive, quero convidar vocês, talvez já saibam: dia 22, nós estaremos fazendo, provavelmente, o nosso primeiro evento teste de replântio. Para nós é uma vitória, porque batalhamos desde janeiro por isso, e queremos que esse evento que está sendo apoiado, inclusive, pela comunidade do Menino Deus, porque vai ser na Praça Israel, se torne um marco para que a gente consiga outros locais de Porto Alegre.

Então, fica aqui o nosso registro para que Porto Alegre comece a se preparar para as tragédias, porque, se isso aconteceu agora, podem acontecer outras tragédias.

Uma questão importante também, pela qual nós batalhamos bastante e que foi muito difícil, foi parar as motosserras, quando foi feita a limpeza das áreas atingidas. Muitas árvores poderiam ter sido salvas, não fossem as motosserras que passaram nos locais. Nós conseguimos salvar algumas árvores ali na Redenção, muito mais a título de mostrar para a população e mostrar também para as pessoas responsáveis que nós poderíamos ter salvado outras árvores, se a gente pudesse ter agido antes, se não tivessem acontecido algumas burocracias internas. Então, o que a gente quer hoje é o total apoio desse nosso projeto, e o que a gente quer é que, junto com a SMAM e a Prefeitura, a gente consiga, daqui a alguns anos, mostrar para nossos filhos que Porto Alegre está cada vez mais arborizada. É isso que a gente precisa, e não adianta se preocupar só com o replântio, a gente tem que se preocupar também com a manutenção dessas árvores que vão ser plantadas. Essas preocupações são nossas, de vocês e de todas as pessoas que são interessadas diretamente na questão ambiental.

Muito obrigado pela oportunidade e mais uma vez agradeço, independente dos empecilhos e das dificuldades que acabam acontecendo, mas estamos em parceria com a SMAM. Nós queremos colaborar e gostaríamos que vocês nos vissem como apoiadores do projeto de vocês, e que vocês pudessem estar de certa forma apoiando o nosso. E nós vamos conseguir, junto com a população e as pessoas que quiserem, vamos esse material humano que está faltando para conseguir o replântio. Obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Albano. Vamos ouvir o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Léo Antônio Bulling.

O SR. LÉO ANTÔNIO BULLING: Boa noite, Ver. Cassio Trogildo, Presidente desta Casa, dirigindo esta reunião; Sr. Leonardo Melgarejo, presidente da Agapan; demais componentes da Mesa, senhores e senhoras. A reunião para mim é bastante significativa, porque ouvindo todos que falaram aqui, eu anotei alguns tópicos que levarei para debatermos junto aos técnicos da SMAM. A SMAM tem um quadro de servidores, principalmente engenheiros agrônomos e biólogos, que cuidam da vegetação de Porto Alegre com muito zelo. Pode ter certeza de que esse corpo técnico já vem há alguns anos trabalhando na questão da arborização da Cidade e tem uma experiência muito grande no trato dessas coisas.

Nós tivemos um evento em novembro, onde tivemos mais de cem árvores derrubadas. E este ano fomos mais fortemente atingidos, no dia 29 de janeiro, com aquele vendaval – na medição do Jardim Botânico, o vento passou dos 120 quilômetros por hora. E não existe árvore segura para um vento acima de 120 a 130 quilômetros por hora, qualquer vegetal de pequeno ou grande porte pode sofrer queda com um vento dessa velocidade. Bom, o que a SMAM, logo após o evento, começou a trabalhar intensamente? Primeiro, a desobstrução das vias da Cidade, porque foi numa sexta-feira à noite para sábado, e nós aproveitamos o sábado e o domingo e trabalhamos o dia inteiro, e o serviço daqueles primeiros dias foi muito pequeno em termos do volume de problemas que nós tínhamos. A partir daí se agregaram outros componentes, algumas Prefeituras e empresas mandaram gente para nos auxiliar, o Exército nos auxiliou, as demais secretarias também, aquele pessoal que sabia operar motosserra, porque nós precisávamos que na segunda-feira ou na terça-feira, o mais breve tempo possível, a Cidade voltasse à normalidade. E nós retiramos, durante um mês, mais de 10 mil toneladas de resíduos arbóreos da Cidade, foi uma coisa impressionante. Nós colocamos no Parque Harmonia, até para não levar para o transbordo da Lomba do Pinheiro, porque ficava mais distante – aqui o trabalho ficou mais ágil. E se fez todo esse processo. Lembro até que estava no exercício do cargo de Prefeito o Vice Sebastião Melo, e ele me questionou: “Em quanto tempo deixamos a Cidade limpa?” Aí respondi para ele que em 60, 90 dias. E ele retrucou: “Não, mas eu quero em 30 dias”. Depois, baixou a meta para 20 dias, e nós com aquele trabalho para fazer a limpeza da Cidade.

Eu digo aos senhores que Porto Alegre tem uma estimativa das vias públicas da Cidade, parque e praças, em torno, o pessoal comenta, de 1,2 milhão de árvores. Eu não sei se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

esse é o número exato, mas nós temos uma Cidade muito arborizada. Nós estávamos com todo o Parque Marinha com levantamento de copa, que foi feito anteriormente, até porque ele ia receber uma iluminação nova. A SMOV colocou toda a iluminação do parque nova, que foi entregue em novembro ou dezembro do ano passado. O parque estava bonito, com a grama bem aparada, e infelizmente deu esse vendaval em janeiro que derrubou quatro torres da SMOV de 45 metros de altura; aquelas pétalas enormes, caíram umas quatro. Então, foi uma coisa que nos trouxe um problemão em termos de um parque já entregue, um parque à disposição da comunidade extremamente qualificado em que tivemos esse desastre todo. Aqueles caminhos de tipuanas, que tem no interior do parque, a maioria delas sofreu danos na copa, torceram os galhos em cima e eles lascaram. Nós, agora, estamos fazendo o reparo dessas árvores, a maioria já está se recuperando, pois a brotação está vindo muito forte e estamos trabalhando no manejo da vegetação; estamos com dois caminhões guinchos e dois caminhões cestos somente para esse trabalho de equilibrar novamente esses vegetais para que eles permaneçam dando a qualidade desses espaços públicos.

Eu tenho a dizer aos senhores que, com relação à vegetação da Cidade, nós temos inclusive um biólogo nosso lá que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Constantemente, eles estão em reuniões com os demais estados do País para tratar sobre arborização urbano. Então, o pessoal técnico da SMAM sempre está nos atualizando sobre as novidades que estão acontecendo nas demais cidades. Nós precisamos, evidentemente, fazer um inventário de toda a vegetação existente nas vias públicas, praças e parque, e nisso nós estamos trabalhando e desenvolvendo junto à Procempa um *software* para fazer toda esse inventário, que é uma necessidade para nós conhecermos a realidade de nossa vegetação, que é bastante farta. Muitas vezes, nós temos dois problemas quando se planta uma árvore: aquilo que vai acontecer com ela com relação às raízes e o conflito que vai acontecer com a rede elétrica. Muito se comentou, pelos nossos palestrantes que se posicionaram aqui, que a fiação deverá ser subterrânea. Eu creio que sim, seria muito melhor se nós conseguíssemos retirar toda essa fiação da Cidade, mas a CEEE alega que o custo disso é muito grande. Infelizmente, nós temos somente a parte mais central ali com rede subterrânea e o restante da Cidade ainda com rede aérea. E o conflito é permanente. Nós ficamos, durante esse período, em torno de três, quatro dias com muitas residências sem luz, e, na maioria dos casos, não

era o poste que caiu, mas a vegetação que derrubou a rede. Então, são problemas do convívio de uma cidade grande, onde a arborização entra em conflito com a rede elétrica. Nós estamos com problemas com os postes da CEEE, sobre os quais muito foi falado aqui também. A CEEE tem uma norma de segurança que é a seguinte: na rede de baixa tensão eles deixam os fios afastados dois metros dos galhos das árvores. Na rede de alta tensão são quatro metros, então que muitas vezes a poda da CEEE se torna radical em termos daquele arbóreo que está sobre sua rede. Se eu citar aqui o nosso riacho Dilúvio, NA Av. Ipiranga, ali tem uma vegetação espontânea que nasceu, não foi plantada, nasceu espontaneamente naquela região ali, árvores grandes que, muitas vezes, entram em conflito com a rede, e ali é uma rede de alta, então a CEEE muitas vezes faz algumas podas mais radicais naquela região. Nós temos um sistema que foi modificado no ano passado por uma lei nova; no termo de compensação vegetal de antes – antes –, o empreendedor fazia o plantio, e hoje não, ele faz o depósito para que a SMAM possa adquirir... Nós temos quatro unidades de conservação na Cidade, e essas unidades de conservação precisam se expandir. Então, o objetivo dessa lei é de que se adquiram áreas para que a gente possa ter mais reservas dentro da Cidade, para que possa o meio ambiente daquele espaço ser protegido. O objetivo nosso é fazer licitação para o plantio, porque nós temos um viveiro municipal que produz mudas, mas, como a maioria sabe, a nossa mão de obra é muito deficiente, nós estamos com dificuldade em termos de mão de obra própria, e por isso o objetivo nosso é fazer uma licitação para o plantio também.

Quanto à fiscalização, a SMAM tem duas fiscalizações: uma, que trata da fiscalização das atividades em parques e praças; a outra, que trata do licenciamento ambiental. Constantemente o nosso pessoal está presente. Há outras atividades de fiscalização, por exemplo, a que trata da publicidade na Cidade, que está afeta à SMAM também. São em torno de 40 fiscais, metade trabalha na fiscalização do licenciamento ambiental, e metade na fiscalização de praças, parques e jardins da Cidade.

Nós temos, com um trabalho que está sendo feito – o nosso amigo Helinho falou a respeito da Fundação Rockefeller –, um grupo de trabalho no sentido de tornar a Cidade em uma cidade resiliente, que esteja preparada não só para os eventos adversos mas também, em muito, na área preventiva, de fazer com que a cidade volte à sua condição normal rapidamente, após sofrer o impacto tanto natural como tecnológico. E isso é extremamente importante, porque, quando nós muitas vezes retiramos uma ou duas

moradias da margem de um arroio ou do próprio lago Guaíba, naquela Região da Serraria... E eu, quando trabalhei na Defesa Civil, fiz diversas remoções das moradias que estão junto ao lago, porque muitas vezes bastava um vento sul forte para nós termos que abrigar dez, quinze famílias lá daquela Região da Serraria. Então, essas famílias foram removidas, eu me lembro na época, por uma medida preventiva que torna também a Cidade mais resiliente. O projeto Pisa também fez muito isso com relação ao arroio Cavalhada. Todas aquelas famílias que foram removidas na margem do arroio Cavalhada também sofriam com as cheias ali existentes.

Nós temos o Plano Diretor de Arborização Urbana, eu acho que a Cidade já tem um histórico. Aqui cito o nosso ambientalista Beto Moesch, ex-Vereador desta Casa, que, com sua passagem pela SMAM, criou alguns mecanismos de um replantio mais aprofundado e que possibilitou, por exemplo, na 3ª Perimetral uma vegetação hoje, digamos assim, de um porte maior. E vemos que, realmente, onde há corredor de ônibus, tem um verde acompanhando todo aquele processo de poluição ocasionada pelos ônibus. Sabe-se que o transporte urbano responde por 80% dos gases de efeito estufa, não só dos ônibus, mas dos carros também. A mudança da matriz energética desses componentes para resiliência é um trabalho que deve ser feito. Nós estamos com a Carris testando ônibus elétricos, isso é uma grande perspectiva para o futuro, porque o gás carbônico produzido por esses veículos que circulam pela Cidade trazem, conseqüentemente, muita poluição. O pessoal que está trabalhando conosco na Praça Israel: tenho certeza de que ninguém atrapalha, todo mundo ajuda, agora nós precisamos trabalhar sempre com orientação técnica dos técnicos da SMAM, que têm conhecimento de qual espécie a ser plantada, onde ser plantada. Nós não podemos transformar uma praça, que é um espaço de lazer para a comunidade, ainda mais nesse período de insegurança pública muito frequente nas cidades maiores, num local muito carregado em termos de vegetação, porque serve também de esconderijo para aquele que quer fazer alguma coisa, tipo assaltos. E nós precisamos do espaço público aberto, arborizado, para que as pessoas possam enxergar à distância e por isso a escolha dessa vegetação é extremamente importante.

Alguém que usou a palavra aqui sugeriu a paineira num canteiro do meio-fio. É uma árvore de grande porte, cujas raízes se esparramam, conseqüentemente, teremos problemas no futuro.

Então, estes detalhes são relevantes para todos nós.

Eu cito sempre aqueles guapuruvus plantados ao longo da Cavalhada. Eu lembro que na década de 1970 – eu já era morador da Cidade, sou do Interior, mas já estava na Cidade – o canteiro central da Cavalhada era largo, por isso, na época, pensaram em plantar uma árvore de porte ali. E plantaram os guapuruvus. Depois, a EPTC, (Ininteligível.) o trânsito, diminuiu o canteiro. Hoje, as raízes – quem passar na Cavalhada pode notar, mais na Nonoai, inclusive – estão saindo para fora, estão levantando o meio-fio. Nós temos que mudar aquele tipo de arborização daquela via, em virtude de o canteiro estar estreito.

Nós temos também, assim como no Nonoai e na Cavalhada, imensos problemas dessa ordem nos parques, com os eucaliptos. Já tivemos acidentes sérios, principalmente no Parque Farroupilha, com queda de árvore grande no parque. E era uma tarde em que não tinha um vento, havia chovido dois, três dias antes, e a árvore simplesmente tombou.

Esse tipo de coisa nós precisamos estudar, detalhar.

Agora, eu digo uma coisa para os senhores e senhoras: o pessoal da SMAM é extremamente consciente e trabalha com a preservação. Muitas vezes reclamam da SMAM, porque a SMAM não deixa fazer isso, não deixa fazer aquilo, mas é sempre no sentido de preservar a nossa cobertura vegetal da Cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Bulling.

Convido para fazer as considerações finais o Sr. Leonardo Melgarejo, nosso Presidente da Agapan.

O SR. LEONARDO MELGAREJO: São vários pontos. Quero agradecer a participação entusiasmada que a sociedade tem demonstrado quanto a esta preocupação, que é de todos nós, e manifestar a nossa intenção de discutir isso em mais detalhes.

Aparentemente, o Secretário Léo entendeu que nós queremos colaborar com o fortalecimento da SMAM e também entendeu que a nossa preocupação com trabalhos inadequados com as árvores envolve, não só a SMAM como outras Secretarias. As árvores de grande porte nos canteiros centrais e a amputação de raízes para a expansão das vias são alguns dos exemplos.

A sua preocupação com os transportes automotores também é nossa, por isso, nós gostaríamos que houvesse mais ciclovias e uma expansão maior das possibilidades de as

peças participarem de atividades lúdicas de relacionamento pessoal em praças. Preocupa-nos muito o recente anúncio do Vice-Prefeito de que pretende dificultar as reuniões públicas, exigindo aviso com 15 dias de antecedência para que 30 pessoas se reúnam numa praça, quando nós estamos trabalhando no sentido contrário. Espero que essas conversas não tenham fundamento, e contamos com a sua participação. A Agapan, com certeza, vai se empenhar muito nesse sentido.

Nos preocupa também quando a SMAM, por reconhecer a sua dificuldade de pessoal, menciona a licitação para plantios, quando a sociedade está disposta a colaborar; a sociedade vem se manifestando, se manifestou aqui um grupo interessado.

Não basta enterrar, colocar uma planta no chão; o processo de pega é mais relevante.

A informação colocada ali em cima é da própria SMAM. Foi citada pelo colega Sílvio, que faz parte da Agapan também, que, de 2005 a 2014, foram removidas 34 mil árvores. Quando se fala na remoção de uma árvore, nós nos referimos sempre a um espécime adulto. Substituir uma árvore adulta por duas árvores ou por três árvores, três mudas, não garante que nós tenhamos no futuro uma árvore adulta. Então, quando a Prefeitura menciona que, neste mesmo período, plantou 134 mil árvores, e nós observamos que a cobertura verde de Porto Alegre se reduz, isso nos sugere que a hipótese da Prefeitura de que, para cada duas árvores plantadas uma cresce, não é verdadeira, na medida em que alega ter plantado quatro vezes mais do que o que foi removido, uma vez que a cobertura verde é cada vez menor.

Percebam que em São Paulo, com 150 árvores caídas, houve dois mortos. Aqui em Porto Alegre, nós fomos muito felizes numa tragédia daquele porte sem nenhum drama dessa natureza. O Secretário Hélio Oliveira nos salientou que somos irmãos em termos de preocupação e disse que esta é uma das suas preocupações maiores em função das alterações climáticas que devem se agudizar. Pois bem, Secretário, este seu desejo deve orientar as prioridades da Prefeitura. Ele é um desejo com o qual comungamos, mas ele não vem se traduzindo, ao nosso ver, num esforço que utilize a força da sociedade, que está disposta a colaborar mais. Nós precisamos, então, da democracia, no sentido da participação social, da democracia participativa. A Cidade que queremos pode ser construída por todos nós, e há um coletivo, uma movimentação de várias organizações nesse sentido. A Agapan participa desse conjunto, assim chamado o coletivo: "A Cidade que Queremos".

Também queremos lembrar que os acordos que nós temos com a Prefeitura são muito positivos, mas as nossas expectativas vão além. Quando o Carneiro e o Lutzenberger são lembrados aqui como exemplos que orgulham a nossa memória, eles também permitem demonstrar o descumprimento de alguns desses acordos, como o ex-presidente da Agapan mencionou. E, em homenagem ao Carneiro, foi retirado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LEONARDO MELGAREJO: Isso. Vamos plantar outro. Mas vamos plantar outro após essa discussão.

A manifestação da OAB, assim como outras manifestações que nós já ouvimos, como a do Ministério Público, de que participarão desse processo de acompanhamento, nos entusiasma muito. Porque, na nossa interpretação, sem parceria, não existe cidadania. Nós precisamos estimular essa parceria. E a Agapan, com certeza, estará atenta e será solidária com as iniciativas positivas da Prefeitura, seja qual a for a Administração, e, ao mesmo tempo, estará pronta para denunciar quaisquer desvios dessas iniciativas que nós entendemos como positivas. O que é certo é que não se deve esperar da Agapan apatia. Nós temos consciência da nossa responsabilidade, é uma responsabilidade histórica, ela vem de pessoas como o Carneiro e o Lutzenberger, e nós contamos com um anúncio de ações mais imediatas e com estímulo a essa participação que o Fórum Ambiental de Porto Alegre vem demonstrando que pode ser mais profícua e mais produtiva, se houver um apoio de recursos de parte da Prefeitura. Obrigado pela oportunidade. Era isso, de parte da Agapan. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Presidente.

Cumpre-me, aqui, primeiramente, agradecer à Agapan por ter propiciado este momento de reflexão, através desta Audiência Pública.

Então, eu quero agradecer ao Sr. Leonardo Melgarejo; ao Sr. Alfredo Ferreira; ao Sr. Beto Moesch; à Dra. Ana Cristina Miola, da OAB; ao Sr. Hélio Oliveira, Secretário-Adjunto da Defesa Civil; ao Secretário Douglas; ao Sr. Léo Antônio Bulling, Secretário Municipal do Meio Ambiente, que, neste ato, representou o Prefeito Fortunati; aos servidores da Câmara Municipal, especialmente à TVCâmara, que nos acompanhou até o presente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 19MAI2016

momento; e, em especial a todos vocês que vieram aqui, participaram e fizeram suas manifestações.

Quero dizer que a Câmara Municipal está sempre de portas abertas para a Agapan e para os grandes debates da Cidade. Muito obrigado e um grande abraço a todos. (Palmas.) Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h50min.)